

Cleyson de Moraes Mello

Vice-Diretor da Faculdade de Direito da UERJ
Professor do PPGD da UERJ e UVA
Professor Titular da Unesa e UNIFAA
Membro do Instituto dos Advogados do Brasil IAB

Direito Civil

FAMÍLIAS

2ª Edição



Freitas Bastos Editora

Copyright © 2021 by Cleyson de Moraes Mello

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19.2.1998.

É proibida a reprodução total ou parcial, por quaisquer meios,
bem como a produção de apostilas, sem autorização prévia,
por escrito, da Editora.

Direitos exclusivos da edição e distribuição em língua portuguesa:

Maria Augusta Delgado Livraria, Distribuidora e Editora

Editor: *Isaac D. Abulafia*

Capa e Diagramação: *Jair Domingos de Sousa*

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO
NA PUBLICAÇÃO (CIP)

M527d

Mello, Cleyson de Moraes

Direito civil: famílias - 2ª ed. - Cleyson de Moraes Mello.

- Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021.

664 p. ; 23 cm.

ISBN 978-65-5675-036-1

1. Direito de família - Brasil. I. Título.

CDD- 346.81015

Freitas Bastos Editora

Tel./Fax: (21) 2276-4500
freitasbastos@freitasbastos.com
vendas@freitasbastos.com
www.freitasbastos.com

SUMÁRIO

Prefácio	XVI
Capítulo 1 – Amor e Afeto	1
1.1 Construindo o Amor	1
1.2 A Modernidade Líquida e o Amor Líquido de Bauman	10
1.3 O Amor Confluyente de Giddens	12
1.4 Confiança e Ciúme	13
1.5 A Sociedade Pós-Moralista	14
Capítulo 2 – Direito Civil Constitucional	22
2.1 Direitos Fundamentais	22
2.2 A Concepção dos Direitos Fundamentais na Constituição de 1988.....	25
2.3 Diferença entre Direitos Fundamentais e Direitos Humanos	26
2.4 As Dimensões dos Direitos Fundamentais.....	26
2.5 Direitos Fundamentais no Âmbito das Relações entre Particulares	28
2.6 A Eficácia dos Direitos Fundamentais	34
2.7 A Importância do Direito Civil Constitucional	36
2.8 Um Novo Locus Hermenêutico e a Nova Metodica do Direito Civil ...	41
2.8.1 O círculo hermenêutico e a questão dos preconceitos.....	43
2.8.2 A questão da pertença	44
2.8.3 O Tempo em sua Produtividade Hermenêutica.....	45
2.8.4 A questão da história efetual e situação hermenêutica	45
2.8.5 A importância de ter horizontes. A fusão de horizontes.....	46
2.8.6 A hermenêutica como aplicação	48
Capítulo 3 – Dignidade da Pessoa Humana	49
3.1 Construção Histórica	50
3.2 Dignidade Humana e Instrumentos Internacionais	58
3.3 A Dignidade da Pessoa Humana Como Discurso Legitimador do Direito	69
Capítulo 4 – Princípios do Direito das Famílias	90
4.1 Introdução	90
4.2 Solidariedade Familiar	91

4.3 Afetividade e Amor	92
4.4 Boa-fé, Função Social e Probidade	96
4.5 Igualdade entre os Filhos	98
4.6 Igualdade entre Cônjuges e Companheiros	99
4.7 Reserva Familiar (Princípio da não intervenção ou da liberdade).....	100
4.8 Pluralismo Familiar.....	102
4.9 Proteção Integral e Melhor Interesse da Criança	102
Capítulo 5 – Concepção das Entidades Familiares	105
5.1 A Concepção de Família na Constituição.....	105
5.2 Outros Modelos Familiares	106
Capítulo 6 – Casamento	112
6.1 Conceito.....	112
6.2 Natureza Jurídica do Casamento	113
6.3 Gratuidade do Casamento	115
6.4 Casamento religioso com efeito civil	115
6.5 Capacidade para o Casamento.....	116
6.6 Impedimentos Matrimoniais.....	121
6.6.1 Impedimentos resultantes de parentesco	122
6.7 Causas Suspensivas do Casamento	125
6.7.1 Oposição – Legitimidade ativa.....	127
6.8 Processo de Habilitação do Casamento	127
6.9 Celebração do Casamento.....	129
6.9.1 Suspensão da celebração do casamento	130
6.9.2 Casamento em caso de Moléstia Grave	130
6.9.3 Casamento Nuncupativo ou casamento in extremis vitae momentis ou in articulo mortis	131
6.9.4 Casamento por Procuração	133
6.9.5 Casamento celebrado no estrangeiro	134
6.9.6 Prova do Casamento.....	135
6.10 Invalidade do Casamento	135
6.10.1 Casamento Inexistente	136
6.10.2 Casamento Nulo	136
6.10.3 Casamento Anulável.....	137
6.11 Casamento de Pessoa com Deficiência Mental ou Intelectual em Idade Núbia	141
6.12 Casamento Putativo	151
6.13 Separação de corpos.....	152
6.14 Efeitos e Deveres do Casamento	155
6.14.1 Planejamento Familiar.....	155
6.14.2 Sobrenome do outro cônjuge.....	155
6.14.3 Deveres de ambos os cônjuges.....	160

Capítulo 7 – Casamento – Regime de Bens Entre os Cônjuges	
o Pacto Antenupcial	164
7.1 Considerações Iniciais	164
7.2 Princípios	165
7.3 Alteração de Regime de Bens	165
7.4 Regime Legal de Bens do Casamento.....	170
7.5 Obrigatoriedade do Regime da Separação de Bens do Casamento....	171
7.6 Aplicabilidade da Súmula 377 do STF.....	173
7.7 Administração dos Bens	175
7.8 Pacto Antenupcial ou Pré-nupcial	179
7.8.1 Conceito e características	179
7.8.2 Pacto Antenupcial e o regime de participação final nos aquestos.....	182
7.8.3 Efeito erga omnes.....	182
7.9 Regime de Bens.....	182
7.9.1 Regime da Comunhão Parcial	182
7.9.1.1 Bens Incomunicáveis ou Particulares.....	183
7.9.1.2 Administração e disposição de bens particulares	196
7.9.1.3 Bens comunicáveis ou comuns.....	196
7.9.1.4 Administração do patrimônio comum.....	199
7.9.2 Regime da Comunhão Universal.....	201
7.9.2.1 Características.....	201
7.9.2.2 Bens excluídos do regime da comunhão universal.....	202
7.9.2.3 Administração dos bens no regime da comunhão universal	203
7.9.2.4 Dissolução da comunhão	204
7.9.3 Regime da participação final dos aquestos.....	204
7.9.3.1 Delimitação do patrimônio próprio e Administração dos bens.....	206
7.9.3.2 Bens incomunicáveis.....	206
7.9.3.3 Dívida dos cônjuges	207
7.9.3.4 Apuração do montante dos Aquestos	208
7.9.4 Regime da Separação de Bens	210
7.9.5 Quadro Sinóptico.....	210
Capítulo 8 – Dissolução da Sociedade Conjugal	211
8.1 Considerações Iniciais.....	211
8.2 Dissolução da Sociedade Conjugal	215
8.3 Divórcio	218
8.3.1 Divórcio consensual, amigável ou por mútuo consentimento.	218
8.3.2 Divórcio contencioso	221

8.3.3 Divórcio extrajudicial	224
8.3.3.1 Partilha de Bens e Impostos	226
8.3.3.2 Negativa no lavramento da escritura	228
8.4 A discussão da culpa no divórcio.....	228
8.5 Ação de Divórcio.....	231
Capítulo 9 – União Estável e União Homoafetiva.....	232
9.1 Considerações Iniciais.....	232
9.2 Conceito.....	234
9.3 Impedimentos e causas suspensivas.....	237
9.4 Direitos e Deveres	238
9.5 Relações Patrimoniais.....	239
9.6 Contrato de Convivência	241
9.6.1 Efeitos do contrato de convivência	242
9.7 Conversão em Casamento	243
9.8 Usufruto e direito real de habitação.....	244
9.9 Concubinato	251
9.9.1 Conceito e características	251
9.9.2 Alimentos no concubinato	251
9.9.3 União Estável e a Previdência Social.....	253
9.9.4 Pensão por morte de servidor público, na existência de concubinato impuro de longa duração.....	254
9.9.5 Concubinato impuro estando uma das partes de boa fé	256
9.10 Efeitos Sucessórios	261
9.11 Ação de reconhecimento e dissolução de união estável	265
9.12 A União estável homoafetiva.....	267
9.12.1 Adoção de crianças por casais homoafetivos	274
9.13 União estável Paralela ou Plúrima ou Múltipla	278
9.14 Contrato de Namoro	283
Capítulo 10 – Parentesco	286
10.1 Relações de Parentesco	286
10.2 Parentes em Linha Reta.....	288
10.3 Parentes em Linha Colateral	289
10.4 Parentes em Afinidade.....	291
10.5 Graus de Parentesco para Fins de Nepotismo (Súmula Vinculante nº 13)	291
Capítulo 11 – Filiação	293
11.1 Conceito	293
11.2 Filiação Sociafetiva	295
11.2.1 Abandono afetivo	299

11.2.2 Alimentos no vínculo socioafetivo	300
11.3 Presunção de Paternidade e Técnicas de Reprodução Humana.....	301
11.3.1 Técnicas de reprodução humana	302
11.3.1.1 Fecundação artificial homóloga	302
11.3.1.2 Inseminação artificial heteróloga	307
11.3.2 A escolha do material genético e os superbebês	310
11.3.3 Impotência do cônjuge.....	312
11.3.4 Adultério da mulher e confissão da mulher em relação à paternidade.....	313
11.3.5 Ação negatória de paternidade	313
11.3.6 Ação de Prova de Filiação	319
11.3.7 Relação Avoenga – Ação Declaratória de Reconhecimento .	319
Capítulo 12 – Reconhecimento de Filhos	323
12.1 Conceito	323
12.2 Reconhecimento Voluntário	324
12.3 Impugnação da Maternidade. Exceção à Presunção mater semper certa est	327
12.4 Consentimento do filho maior como pressuposto do reconhecimento.	327
12.5 Guarda do filho reconhecido	329
12.6 Investigação de Paternidade ou Maternidade – Reconhecimento Judicial.....	329
12.6.1 Investigação de Paternidade post mortem	336
12.6.2 Efeitos do Reconhecimento	338
12.6.3 Proteção dos filhos	338
Capítulo 13 – Alimentos	339
13.1 Considerações Iniciais	339
13.1.1 Conceito	339
13.1.2 Fundamentos.....	340
13.1.3 Finalidade	341
13.1.4 Trinômio: Possibilidade, Necessidade e proporcionalidade	341
13.1.5 Legitimidade do Ministério Público	342
13.2 Classificação	343
13.3 Características dos Alimentos	347
13.3.1 Direito Personalíssimo	347
13.3.2 Reciprocidade	348
13.3.3 Proximidade.....	349
13.3.4 Irrenunciabilidade.....	350
13.3.5 Transmissibilidade da obrigação	353
13.3.5.1 Limites à transmissibilidade dos alimentos.....	354

13.3.6 Imprescritibilidade.....	357
13.3.7 Irreptibilidade.....	358
13.3.8 Incredibilidade	360
13.3.9 Impenhorabilidade	360
13.3.10 Incompensabilidade.....	361
13.3.11 Não Solidariedade (artigo 265, CC) da obrigação alimentar.....	361
13.3.12 Caráter Excepcional.....	363
13.3.13 Transmissibilidade da obrigação alimentar	365
13.3.14 Dívida portable.....	366
13.4 Alternatividade da prestação alimentar	366
13.5 Prisão Civil	367
13.5.1 Impossibilidade de Prisão Civil do Inventariante pelo Inadimplemento de Pensão Alimentícia.....	369
13.5.2 Prisão Civil. Regime Fechado. Pandemia do novo coronavirus.....	369
13.6 Alimentos na União Estável entre Pessoas do mesmo Sexo	370
13.7 Alimentos no vínculo Socioafetivo	373
13.8 Obrigação alimentar avoenga.....	374
13.9 Alimentos aos Sobrinhos.....	375
13.10 Alimentos Gravídicos	375
13.11 Alimentos entre genro/nora e sogro/sogra	377
13.12 Alimentos de Idosos	378
13.13 Alimentos Compensatórios ou Compensação Econômica.....	380
13.14 Alimentos Transitórios ou Resolúveis.....	382
13.15 Alimentos intuitu familiae ou globais	382
13.16 Reembolso de Despesas de Caráter Alimentar	383
13.17 Guarda Compartilhada.....	384
13.18 Alimentos entre parentes.....	385
13.19 Alimentos entre cônjuges ou companheiros	387
13.20 Alimentos entre ex-cônjuges.....	388
13.20.1 Desoneração dos alimentos.....	388
13.20.2 Atualização monetária dos alimentos.....	389
13.21 Novo relacionamento familiar do credor de alimentos (alimentando).....	390
13.22 Novo relacionamento familiar do devedor de alimentos (alimentante).....	391
13.23 Ação de Alimentos	393
13.23.1 Honorários Advocatícios	396
13.23.2 Diferença de valor ou percentual entre filhos.....	397
13.24 Cumprimento de Sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos.....	398

13.24.1 Desconto em Folha de Pagamento	399
13.24.2 Descumprimento da obrigação	401
13.24.3 Conduta procrastinatória do executado	401
13.24.4 Indenização por Ato ilícito e alimentos	401
13.24.5 Modificações nas condições econômicas.....	403
13.24.6 Fixação em salários mínimos	403
13.24.6.1 Audiência de conciliação	404
13.24.6.2 Gratuidade de Justiça	405
13.24.6.3 Prazo prescricional para o cumprimento de sentença.....	406
13.25 Execução de Alimentos.....	407
13.25.1 Execução de Alimentos fundada em título extrajudicial..	407
13.25.2 Execução de alimentos. Obrigação fixada em pecúnia. Abatimento de prestação “in natura”	408
13.26 Ação Revisional de Alimentos	409
13.27 Ação de Exoneração de Alimentos	411
13.27.1 Considerações iniciais	411
13.27.2 Acordo para exoneração da dívida.....	412
13.27.3 Maioridade civil. Doença mental.....	413
13.28 Ação de exigir contas e pensão alimentícia	414
13.29 Décimo Terceiro Salário.....	415
13.30 Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.....	416
13.31 Participação nos lucros e resultados	417
13.32 Devedor de alimentos e cadastro de restrição ao crédito (SPC e SERASA).....	418
13.33 Pensão alimentícia sobre as parcelas denominadas diárias de viagem e tempo de espera indenizado.....	420
13.34 Obrigação alimentar extinta. Pagamento por mera liberalidade. Surrectio.	421
13.35 Violência doméstica e familiar contra a mulher. Alimentos provisórios ou provisionais.....	422
13.36 Quadro Sinóptico.....	423
Capítulo 14 – Poder Familiar.....	426
14.1 Considerações Iniciais	426
14.2 Exercício e Conteúdo do Poder Familiar.....	428
14.3 Suspensão do Poder Familiar	432
14.4 Extinção do Poder Familiar	432
14.4.1 Extinção por fato natural.....	432
14.4.2 Extinção por emancipação	432
14.4.3 Extinção pela maioridade	436
14.4.4 Extinção pela adoção.....	436

14.4.5 Extinção por decisão judicial	436
14.4.5.1 Perda do poder familiar por ato judicial	436
14.5 Procedimento para a perda ou suspensão do poder familiar.....	438
14.6 Quadro Sinóptico.....	440
Capítulo 15 – Usufruto e Administração	
dos Bens de Filhos Menores.....	441
15.1 Considerações Iniciais	441
15.2 Usufruto dos bens pertencentes aos filhos menores	443
15.2.1 Bens excluídos do usufruto e da administração dos pais	443
15.3 Administração dos bens dos filhos menores	444
15.4 Curador Especial	444
Capítulo 16 – Guarda dos Filhos e	
Direito de Visitação.....	445
16.1 Considerações Iniciais	445
16.2 Guarda Unilateral	447
16.3 Guarda Compartilhada	447
16.4 Guarda Consensual.....	448
16.5 Guarda Judicial	449
16.5.1 Guarda concedida a avós, tios e outras pessoas com relação	
afetiva	450
16.5.2 Guarda concedida a pai socioafetivo	453
16.6 Guarda Alternada.....	455
16.7 Medida Cautelar de Guarda e Guarda Provisória.....	456
16.8 Ação de Guarda	456
16.9 Invalidez do Casamento	458
16.10 Novas Núpcias	458
16.11 Direito de Visitação	458
16.12 Direito de Visitação dos Avós – Direito à Convivência Familiar ...	458
16.13 Maiores Incapazes	459
16.14 Quadro Sinóptico	460
Capítulo 17 – Bem de Família.....	461
17.1 Conceito	461
17.2 Bem de Família Voluntário.....	462
17.2.1 Conceito.....	462
17.2.2 Forma de Instituição	463
17.2.2.1 Procedimentos.....	463
17.2.3 Execução por Dívidas	464
17.2.4 Administração do bem de família.....	464

17.2.5 Dissolução da sociedade conjugal.....	465
17.2.6 Extinção e Sub-rogação do bem de família	465
17.3 Bem de Família Legal ou Involuntário.....	465
17.3.1 Exceções à impenhorabilidade.....	466
17.3.2 Bem de família luxuoso (bem de valor elevado)	472
17.3.3 Má-fé.....	475
17.3.4 Desconsideração da Personalidade Jurídica	476
17.4 Penhora de bem de família	476
17.5 Bem de família como veículo de proteção às pessoas solteiras, separadas e viúvas	477
17.6 Quadro Resumo	478
Capítulo 18 – Tutela	479
18.1 Considerações Iniciais	479
18.2 Tutela testamentária	479
18.3 Tutela legítima	480
18.4 Tutela dativa	480
18.5 Irmãos órfãos	481
18.6 Curador especial.....	481
18.7 Menor abandonado.....	481
18.8 Incapacidade para o exercício da tutela	481
18.9 Escusa dos tutores	482
18.10 Preferência no exercício da tutela.....	482
18.11 Exercício da tutela	482
18.12 Protutor.....	484
18.13 Responsabilidade do Magistrado.....	484
18.14 Responsabilidade do Tutor.....	484
18.15 Remunerações do Tutor e do Protutor	484
18.16 Bens do Tutelado	484
18.17 Prestação de Contas.....	485
18.18 Cessação da Tutela.....	485
18.19 Destituição do Tutor.....	486
18.20 Procedimentos para a instituição da Tutela	486
Capítulo 19 – Curatela	487
19.1 Conceito	487
19.2 Legitimidade	489
19.3 Curatela Compartilhada	489
19.4 Curatela do Nascituro	489
19.5 Curatela da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).....	489

19.6 Exercício da Curatela	490
19.7 Prestação de Contas	490
19.8 Procedimentos para a instituição da Curatela.....	490
19.9 Rol de legitimados para a ação de levantamento da curatela	491
Capítulo 20 – Tomada de Decisão Apoiada	493
20.1 Considerações Iniciais	493
20.2 Interdição	498
20.3 Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD).....	500
20.4 Tomada de Decisão Apoiada.....	501
20.5 Legitimidade	501
20.6 Validade e efeitos	502
20.7 Negócio jurídico	502
20.8 Responsabilidade do Apoiador.....	502
20.9 Destituição do Apoiador.....	502
20.10 Extinção	502
20.11 Prestação de Contas.....	503
20.12 Considerações finais	503
Capítulo 21 – Adoção	504
21.1 Considerações Iniciais	504
21.2 Documentos Internacionais na área dos Direitos da Criança	504
21.2.1 Outros instrumentos internacionais na área dos direitos da criança.....	506
21.2.2 Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança.....	508
21.3 Instrumentos legais no Brasil	509
21.4 Conceito e características	510
21.5 Quem pode ser adotando e quem pode adotar.....	511
21.6 Estágio de Convivência.....	512
21.7 Vínculo de adoção e registro	512
21.7.1 Direito ao uso do patronímico do adotante e a modificação do prenome do adotado	512
21.8 Efeitos Jurídicos	513
21.9 Direito de conhecer a origem biológica	513
21.10 Inscrição para adoção	513
21.11 Preparação psicossocial e jurídica	513
21.12 Cadastros estaduais e nacional de crianças e adolescentes a serem adotados.....	514
21.13 Programa de acolhimento familiar	514
21.14 Adotante não cadastrado	514
21.15 Adoção Internacional.....	515

21.15.1 Conceito.....	515
21.15.2 Requisitos.....	516
21.15.3 Direito de Preferência.....	516
21.15.4 Procedimentos.....	516
21.15.5 Organismos internacionais credenciados.....	518
21.15.5.1 Suspensão do credenciamento.....	520
21.15.5.2 Validade do credenciamento.....	520
21.15.5.3 Renovação do credenciamento.....	520
21.15.5.4 Descredenciamento.....	520
21.15.6 Decisão judicial na adoção internacional.....	521
21.15.7 Adotante brasileiro residente no exterior em país ratificante da Convenção de Haia.....	521
21.15.8 Adotante brasileiro residente no exterior em país não ratificante da Convenção de Haia.....	521
21.15.9 Brasil como país de acolhida.....	521
21.16 Adoção à brasileira.....	523
Capítulo 22 – Sequestro Internacional.....	528
22.1 Conceito.....	528
22.2 Caso Sean Goldman.....	528
22.3 Atribuições da Autoridade Central Administrativa Federal – ACAF.....	537
22.4 Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças.....	538
22.5 Convenção Interamericana sobre a Restituição Internacional de Menores.....	549
Capítulo 23 – Alienação Parental.....	558
23.1 Conceito e caracteres.....	558
23.2 Direito fundamental da criança ou adolescente.....	562
23.3 Índícios de ato de alienação parental e Medidas provisórias.....	562
23.4 Visitação assistida.....	565
23.5 Perícia psicológica ou biopsicossocial.....	565
23.6 Instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar os efeitos da alienação parental.....	565
23.7 Guarda.....	566
23.8 Alteração de domicílio da criança ou adolescente.....	566
23.9 Projeto de lei que criminaliza conduta.....	567
23.10 Enunciados.....	567
Capítulo 24 – Responsabilidade Civil Familiar.....	569
24.1 Considerações Iniciais.....	569

24.2 Atos Ilícitos	569
24.3 Abandono Afetivo	571
24.4 Alienação parental	573
24.5 Rompimento da promessa de casamento	573
24.6 Infidelidade e Omissão de paternidade	574

Capítulo 25 – Usucapião Especial Urbana por Abandono de Lar

Conjugal	576
25.1 Considerações Iniciais	576
25.2 Fundamento da usucapião (prescrição aquisitiva).....	577
25.3 Pressupostos genéricos.....	578
25.3.1 Posse contínua ou ininterrupta.....	578
25.3.2 Posse mansa e pacífica (posse sem oposição)	579
25.3.3 Lapso temporal.....	579
25.3.4 Animus domini (posse com intenção de dono).....	579
25.3.5 Res habilis (coisa hábil).....	579
25.4 Espécies de usucapião.....	582
25.5 Usucapião Especial Urbana por Abandono de Lar Conjugal.....	583
25.6 Jurisprudências	585

Capítulo 26 – Mediação Familiar 587 |

26.1 Considerações Iniciais	587
26.2 Características	587
26.3 Etapas do processo	588

Capítulo 27 – Constelação Familiar 589 |

27.1 Movimento de Acesso à Justiça	589
27.2 Justiça Multiportas	591
27.3 Constelação Familiar	591
27.4 Constelação Familiar na prática.....	593

ANEXO I

Voto do Ministro Luís Roberto Barroso no Recurso Extraordinário 878.694 Minas Gerais	595
I. A Hipótese.....	596

Parte I

Delineamento da Controvérsia

I. A Atualidade da Controvérsia Constitucional.....	597
II. A Contextualização da Controvérsia Constitucional: A Evolução Do Conceito De Família.....	597
II.1. Família e direito sucessório	597

II.2. Família e casamento.....	598
II.3. Família e filiação.....	599
II.4. Os diferentes modelos de família.....	600
II.5. Família e papel do Estado.....	601

Parte II

A Constituição de 1988 e os Direitos Sucessórios dos Companheiros

I. Equiparação e Desequiparação entre Cônjuge e Companheiro em Matéria Sucessória.....	602
I.1. A progressiva equiparação legal entre cônjuges e companheiros... 602	
I.2. A desequiparação de regimes sucessórios trazida pelo art. 1790 do CC/2002.....	604
I.3. Principais diferenças entre os regimes sucessórios de cônjuge e companheiro no novo Código Civil.....	605
II. Inexistência de Hierarquia Constitucional entre as Formas de Família....	607
II.1. As famílias na Constituição.....	607
II.2. Demonstração da ilegitimidade da hierarquização das formas de família.....	608
II.3. Situações de desequiparação legítima entre formas de família ...	610
III. Dignidade Da Pessoa Humana, Proibição de Proteção Deficiente e Vedação ao Retrocesso.....	613
III.1. Violação ao princípio da dignidade da pessoa humana	613
III.2. Violação ao princípio da proporcionalidade	615
III.3. Violação ao princípio da vedação do retrocesso.....	616

Parte III

A Solução da Controvérsia

I. O exame do Caso Concreto.....	618
Conclusão	619
ANEXO II.....	620
Enunciados do IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família	620
Referências Bibliográficas	622
Índice Remissivo	633